

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.

Ícaro Azevedo da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
icaroaz2@gmail.com

APRESENTAÇÃO:

Este estudo está sendo desenvolvido no Grupo Pet (Programa de Educação Tutorial) Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tutorado pelo professor Miguel Angelo Ribeiro e com a orientação do professor Gláucio José Marafon. Pretendemos com este trazer uma contribuição para os estudos sobre a agricultura familiar, a partir de uma análise das Políticas Públicas voltadas para esse modo de produção e temos como objetivo compreender o papel que as PP exerceram no desenvolvimento da pequena produção e qual é o verdadeiro potencial da mesma.

INTRODUÇÃO:

A agricultura brasileira teve sua inserção no modo de produção capitalista (OLIVEIRA) tardiamente. Entre outras razões, o descompasso em relação à Europa e a América do Norte associado à nossa herança fundiária preservou as características tradicionais do rural brasileiro até meados do século XX, quando a industrialização e as relações capitalistas de produção iniciaram seu avanço pelo campo até o período “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994) atual.

De modo a compreendermos quais processos contribuíram para esse quadro, um breve levantamento histórico se faz necessário. A Lei de Terras (lei 601/1850) determinou o fim do acesso à terra através da posse, onde a legitimação do uso e da propriedade ocorreria somente pela comercialização, em um processo que transformaria a terra em mercadoria. Essa medida visava, entre outros aspectos, impedir a posse da terra por escravos libertos – as agitações sociais acerca da abolição da escravidão tornavam-se, dia após dia, mais ameaçadoras ao *status quo* – e por imigrantes europeus, que forçosamente venderiam sua força de trabalho livre aos barões do café ou imigrariam para as cidades, mantendo ainda a hierarquia social.

Este processo só fez contribuir com a já existente concentração das terras. No entanto, a evolução fundiária do município de Nova Friburgo apresenta uma história diferente. Foi colonizada primordialmente por imigrantes de origem suíça, em sua maioria do cantão de Fribourg, que emigraram com a intenção de

constituir residência no Brasil¹, e formaram em 1820 uma colônia que se desenvolveu e se transformou em tal município.

A cidade teve uma colonização voltada para a ocupação, o que contribuiu para sua organização/distribuição fundiária atual. O município possui tradição tanto no setor industrial (têxtil e metalúrgica de pequeno porte) como no setor agropecuário (horticultura e olericultura)² e desde a década de 1940 as atividades do turismo vêm se desenvolvendo e acarretando profundas transformações na economia municipal.

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:

O município de Nova Friburgo está compreendido na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e apresenta como mais importantes atividades agrícolas a horticultura e a olericultura. Essas atividades têm grande importância não só na economia do município, mas também na produção agrícola de toda região sudeste, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1

Projeto INCRA/FAO - Tabulações Especiais do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996						
Região Sudeste - Agricultura Familiar - Dez Principais Produtos						
Clas	Nome	Nº de	Área total	Valor produção	Renda total	Valor produção
prod	produto		(ha)	do produto (R\$)	(R\$)	total (R\$)
1º	Pec. leite	279.201	11.866.534,2	788.753.982,00	1.356.495.413,51	2.186.547.882,00
2º	Café	159.360	4.207.585,3	500.335.026,45	740.990.772,72	1.081.188.157,00
3º	Pec. corte	176.905	8.537.632,8	398.254.134,00	947.648.757,75	1.468.865.733,00
4º	Cana	81.380	3.146.838,9	294.452.587,93	487.853.843,51	715.329.777,00
5º	Hortaliça	134.189	3.447.224,5	281.009.608,00	625.847.521,16	1.001.341.615,00
6º	Galinhas	337.324	10.805.337,9	258.149.807,00	1.314.902.826,45	2.094.876.393,00
7º	Milho	280.868	9.351.943,9	257.955.584,43	1.021.899.003,62	1.714.044.459,00
8º	Laranja	101.848	3.588.931,9	126.578.237,13	466.369.183,56	739.210.383,00
9º	Banana	107.767	3.454.579,0	95.750.653,54	452.569.717,59	653.153.962,00
10º	Tomate	17.700	356.989,9	91.309.378,84	109.631.638,65	208.397.979,00

¹ Tal afirmação esta embasada em dados coletados do Atlas de Nova Friburgo (Negef 2004) que mostram que grande parte dos imigrantes veio para o município com suas famílias.

² Apesar das principais culturas do município serem de hortícolas e olerícolas, segundo dados do IBGE sobre a lavoura permanente e temporária do município em 2002, a produção de culturas tradicionais, café, fruticultura, além da atividade pecuária também são relevantes na composição do montante que as atividades agropecuárias contribuem no PIB do município.

Este município está localizado próximo à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (187 km) e, historicamente, tem esta como a principal compradora de sua produção, haja vista seus índices demográficos.



Nova Friburgo no Estado

A produção agrícola friburguense é comercializada na CEASA, que se encontra no distrito de Campo do Coelho e abastece o mercado local e os municípios da Microrregião Serrana. Porém, a maior parte da produção é transportada e comercializada na CEASA – RJ que está localizada no subúrbio da metrópole carioca e de lá é distribuída para todo o estado do Rio de Janeiro. Já nesta, a produção friburguense sofre competição não só de outros municípios do próprio estado, mas também da produção oriunda do estado de São Paulo, o que vem ocasionando a queda dos preços de venda, e por conseqüência, dos preços pagos aos produtores, já que apenas uma pequena minoria possui meios próprios para transportar sua produção.

Nova Friburgo apresenta uma produção agrícola muito significativa no contexto de nosso estado, e esta produção está pautada majoritariamente na mão-de-obra familiar. Logo, este município constitui-se em um recorte espacial privilegiado para o entendimento da temática proposta. A grande presença de mão-de-obra familiar está diretamente atrelada à herança fundiária do local, que desde a sua colonização, por

famílias suíças e alemãs, teve sua agricultura constituída por pequenas propriedades e estabelecimentos rurais e assim se mantém até o período atual.

O PEQUENO PRODUTOR E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM ÁREAS RURAIS:

O processo de expansão do capitalismo no espaço rural brasileiro ocorreu de forma excludente. No bojo do avanço do capitalismo, relações de trabalho e pessoais, lógica produtiva e modo de produção (OLIVEIRA, 1986) foram sendo alteradas, o que acarretou em um processo seletivo onde só os mais aptos, salvo as exceções, os grandes e médios proprietários tiveram como se inserir.

Esse quadro nos ajuda a compreender porque teóricos clássicos como Kautsky e Lênin afirmavam que a figura do camponês estava fadada ao desaparecimento. Na visão desses autores, com o avanço das relações capitalistas no campo, o camponês se tornaria um proletário rural ou um pequeno burguês. O primeiro caso, seria daqueles produtores que não conseguissem acompanhar a competição imposta pelo capitalismo e conseqüentemente não poderiam se manter na terra. O segundo caso seria daqueles produtores que atingissem um grau satisfatório de adaptação às formas de trabalho e produção para se tornarem pequenos burgueses. Porém, hoje podemos afirmar que o capitalismo também se reproduz a partir de relações não-capitalistas e a figura do camponês continua presente no mundo rural.

Os pequenos produtores encontraram “novas” estratégias para se reproduzir. Uma dessas estratégias é a pluriatividade, que de forma simplificada, seria a possibilidade do produtor combinar “atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.” (GRAZIANO, 1999). No entanto, segundo Marafon (2004, p.2):

Este fenômeno não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias. Podemos lembrar os estudos de Kautsky e Chayanov que se referem aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não agrícolas” como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

Neste ensaio iremos tratar a pluriatividade como um fenômeno que é tradicionalmente inerente ao camponês, mas que com a capitalização e a industrialização assume uma nova roupagem e adquire novas especificidades, já que segundo Anjos “o camponês tradicionalmente se ocupou do exercício de múltiplas atividades e é somente a partir da modernização que o sentido das mudanças aponta na direção de uma crescente e incessante especialização”. Essa “nova” pluriatividade estaria atrelada à

venda da força-de-trabalho enquanto a pluriatividade tradicional estaria voltada para a produção e complementação dos meios de produção.

Em Nova Friburgo, a pluriatividade é um traço muito marcante nas áreas rurais, onde as amenidades e a paisagem potencializam o turismo ecológico e de aventura. Em um contexto de valorização do campo, e do modo de vida rural pelos citadinos, essas atividades turísticas assumem grande importância na economia do local e na compreensão da realidade do pequeno produtor. Constatamos através de visitas a campo que a proliferação de hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e sítios de veraneio criaram diversos postos de trabalho em atividades não-agrícolas, que estão sendo preenchidas por trabalhadores antes ocupados exclusivamente com a produção agrícola com o objetivo de complementar a renda familiar.

De acordo com os clássicos marxistas, a pluriatividade seria um fator que evidenciaria o processo de proletarianização do camponês, porque denotaria a desagregação familiar e a piora das condições de sua reprodução social. Nesse contexto, o historiador inglês Eric Hobsbawm sustenta que: “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola pra sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. (1995 p.284)

No entanto, como foi verificado empiricamente e teoricamente, a produção familiar persiste. Como definiu Chayanov, o camponês é um “sujeito criando sua própria existência”, onde seu processo decisório é condicionado pelas necessidades práticas do conjunto familiar e não por sua posição na divisão social do trabalho, estabelecendo a noção de solidariedade intrafamiliar. Outro autor que corrobora essa ideia é Tepicht indo, porém, mais além ao introduzir que as famílias camponesas possuem em seu interior forças marginais ou não transferíveis, que garantem a reprodução da família ao permitirem um tempo restrito para a dedicação à subsistência. Sem assumirmos as opiniões supracitadas de maneira absoluta, especialmente porque são opiniões datadas, tais visões podem ser interpretadas como possíveis explicações para a sobrevivência do camponês em um momento de progressivo avanço do capitalismo pelo campo.

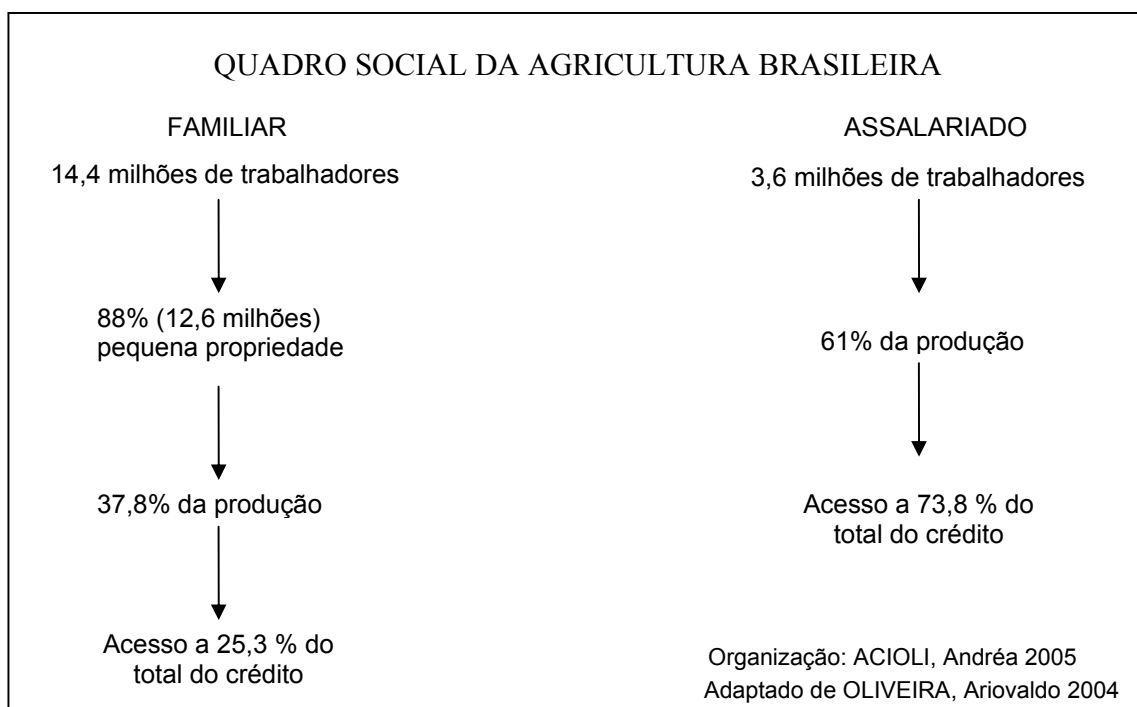
AS POLÍTICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA:

Tradicionalmente o Estado tem estabelecido políticas para o setor agrícola com o objetivo de estimular o aumento da produção e da produtividade. É inegável o papel do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira, porém tal financiamento ficou restrito aos médios e grandes produtores e priorizou determinadas culturas (DELGADO, 1995. WENCESLAU NETO).

No final da década de 60 e início de 70, o governo cria o SNCR, o que vem no bojo da Revolução Verde³. A intenção era auxiliar financeiramente os produtores para que estes pudessem acompanhar a mudança da base tecnológica, e assim qualificar sua produção para a competição no mercado externo e melhorar o abastecimento interno, buscando a segurança alimentar. Na prática, os proprietários beneficiados pelos créditos eram aqueles que tivessem condições de produzir determinadas *commodities* que gerassem mais lucro como a cana, o café, a soja entre outros.

Essas políticas estatais só fizeram contribuir com a concentração da renda e da terra, posto que as mesmas possibilitaram que aqueles produtores mais capitalizados tivessem mais e melhores alternativas para se reproduzir. As políticas de nossos governos desde a metade do século passado até os dias atuais injetaram no *agrobusiness* brasileiro uma grande quantidade de capital através de empréstimos, investimentos em infra-estrutura, isenção de impostos etc. Como podemos ver no quadro 1.

QUADRO 1



Neste contexto, consideramos que o estado teve uma participação significativa na opressão que o pequeno produtor sofreu ao longo de todos esses anos, que se materializou na desapropriação dos meios

³ A revolução verde, idealizada pelo químico Norman Borlaug na década 1950, deu início à materialização do anseio de industrializar a agricultura. A implementação de sementes geneticamente melhoradas, adubos e defensivos químicos, máquinas e equipamentos modernos possibilitaram o aumento da produtividade em termos nunca antes alcançados na história, tudo isso sob o pretexto de promover o fim da fome no mundo – o que rendeu a Borlaug o prêmio Nobel da Paz em 1970.

de produção de um enorme contingente de produtores, que foram obrigados a vender sua força de trabalho. Não podemos deixar de comentar que todo esse quadro contribuiu para o aumento dos conflitos no campo e a proliferação de movimentos sociais voltados à luta pela terra⁴, assim como para o aumento da pluriatividade entre os produtores rurais.

Na década de 90, as instâncias do poder público passaram a estabelecer políticas explícitas voltadas para o pequeno produtor. Como exemplo, podemos citar o Projeto Frutificar, os órgãos de assistência técnica, e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse, “é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas agricultores familiares e suas organizações.” O PRONAF vem a ser a política de estado mais relevante para o recorte selecionado, ainda que em nossa concepção, esteja muito aquém do que consideramos políticas que sejam determinantes para o desenvolvimento local e ainda se encontre muito distante de atingir os objetivos a que se propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Entende-se que um Estado com caráter nitidamente neoliberal como o nosso, não se propõe a interferir diretamente na economia, e nem a ser um Estado previdenciário, porém nos encontramos em um estágio do capitalismo em que o Estado, principalmente dos países periféricos, deve se utilizar de políticas públicas para evitar que as diferenças econômicas e sociais impeçam o seu desenvolvimento.

O Estado brasileiro já vem desempenhando um papel importante para a agricultura familiar da região, com o oferecimento de palestras, auxílio no uso de insumos químicos e físicos, financiamentos e etc. Foi constatado em campo que os agricultores que tem acesso a essas benesses, em sua maioria, são aqueles que possuem algum tipo de organização social ou de classe. Portanto, colocamos o auxílio no desenvolvimento dessas organizações políticas como uma de nossas metas futuras. Utilizaremos o modelo da pirâmide de Marlow para sistematizar as reivindicações e anseios dos pequenos produtores da região, coletados através de entrevistas em campo. Depois de sistematizados, esses dados serão utilizados para demonstrar que grande parte dos pequenos produtores possui reivindicações semelhantes, e por tanto deveriam estar unidos e organizados no pleito às mesmas, pois assim teriam maior possibilidade de alcançá-las.

Apesar da pesquisa estar em sua fase inicial, foi possível constatar que existem na região diversas lacunas quanto ao desenvolvimento da pequena produção familiar, que deveriam estar sendo

⁴ Podemos citar como exemplo o MST, MAST, MBUOT, MTL, entre outros.

preenchidas pela atuação estatal, através da otimização de políticas públicas já existentes e criação de novas. Com o desenvolvimento da pesquisa pretendemos analisar ainda mais profundamente o universo de possibilidades que se apresenta para o pequeno produtor buscar sua reprodução, além de colaborar de forma efetiva para que este universo seja redesenhado potencializando o desenvolvimento da pequena produção familiar, pautado na conservação do meio-ambiente e a sustentabilidade desse modo produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

www.pronaf.gov.br

www.ibge.gov.br

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. HUCITEC-ANPOCS-UNICAMP. Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo. 1992.

CAMPANOLA, Clayton (orgs). O Novo rural brasileiro, uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Embrapa – Meio Ambiente. Volume 3. Jaguariúna. São Paulo. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. UNICAMP/IE. Pesquisas. São Paulo. 1999.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM Editores. 1980.

HOBBSBAWN, Eic j. A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991. Ed. Companhia das Letras. Sp.1995.

IANNI, Octavio. “O Mundo Agrário” In. A Era do Globalismo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1996

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

_____. Transformações no Espaço Agrário Fluminense, ENGA, 2004.

MARTINS, Heloisa de Sousa e RAMALHO, João Ricardo. Terceirização (diversidade e negociação no mundo do trabalho). HUCITEC/CEDI/NETS. 1994.

MARTINS, José de Souza. “A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária”. In: Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 3º edição, 1986.

MARX, Karl. O Capital, L.1, V.2, cap. XXIV. São Paulo: Difel. 1982. pp. 828-882.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: Questões Metodológicas. XVI Encontro Nacional da Associação PIPSA, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “*Quem sabe faz a hora não espera acontecer*” O MST como movimento socioterritorial moderno. In: Revista USP, São Paulo nº 64 p.156-172, dezembro-fevereiro, 2004-2005.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. Ed. Ática. São Paulo. 1986.